

Núcleo de Estudos em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável do Baixo Sul**Group of Studies on Agroecology and Sustainable Development of the Lower Southern Territory of Bahia**

DOI:10.34117/bjdv6n7-853

Recebimento dos originais: 03/06/2020

Aceitação para publicação: 31/07/2020

Maria Iraildes de Almeida Silva Matias

Doutora em Geologia Ambiental pela Universidade Federal da Bahia

Instituição: Instituto Federal Baiano

Endereço: Rua Glicério Tavares, S/N, Bate quente, Valença-Bahia, CEP.45400-000

E-mail: maria.matias@ifbaiano.edu.br

Izaclaudia Santana da Cruz

Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Sergipe

Instituição: Instituto Federal Baiano

Endereço: Rua Glicério Tavares, S/N, Bate quente, Valença-Bahia, CEP.45400-000

E-mail: izaclaudia.cruz@ifbaiano.edu.br

Maria Isidória Silva Gonzaga

Doutora em Universidade Federal de Sergipe, Universidade da Flórida

Endereço: avenida marechal rondon, s/n, bairro rosa elze, são Cristóvão, Sergipe, CEP 49100000

Instituição: Universidade Federal de Sergipe

E-mail: mariaisisilva@gmail.com

Rômulo Magno Oliveira de Freitas

Doutor em Fitotecnia pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)

Instituição: Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Endereço: BR 405, KM 154, S/N, Bairro Chico Cajá, Pau dos Ferros/RN, CEP 59900-000

E-mail: romulo.freitas@ifrn.edu.br

Maria das Graças Oliveira Carriço

Estudante de Ciências Biológicas pela Instituto Federal Baiano

Instituição: Instituto Federal Baiano

Endereço: Rua Glicério Tavares, S/N, Bate quente, Valença-Bahia, CEP.45400-000

E-mail: mariacarricojoias@gmail.com

Martins Batista dos Santos

Graduação em Agronomia pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Instituição: Instituto Federal Baiano

Endereço: Rua Glicério Tavares, S/N, Bate quente, Valença-Bahia, CEP.45400-000

E-mail: martins.batista@ifbaiano.edu.br

Larissa Carolina Silva Matias

Bacharel em Saúde pela Universidade Federal da Bahia

Instituição: Universidade Federal da Bahia
Endereço: Avenida Adhemar de Barros, S/N Ondina, Salvador-Bahia CEP 40170110
E-mail: larymatias03@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho objetivou realizar um levantamento das principais práticas agroecológicas desenvolvidas no Território Baixo Sul da Bahia. As atividades iniciaram-se a partir do levantamento de informações para a identificação de propriedades rurais em transição agroecológica. Utilizou-se metodologias participativas de pesquisa-ação tendo como ferramenta um questionário e entrevistas semiestruturadas, para através destas reconhecer as práticas agroecológicas utilizadas nas propriedades e identificar saberes populares de importância para a agroecologia a partir de visitas *in loco*. Foram identificadas 65 propriedades, sendo que algumas destas em transição agroecológicas e outras já com certificação orgânica. Cinquenta agricultores familiares foram entrevistados, e um banco de dados com informações sobre práticas agroecológicas desenvolvidas no território foi criado. Identificou-se uma grande riqueza de conhecimentos e informações sobre agroecologia no Baixo Sul da Bahia.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, Sustentabilidade, Agroecologia.

ABSTRACT

This study aimed to identify the main agroecological practices currently being in use in the Lower Southern Territory of Bahia State. A comprehensive survey was carried out to collect information across many municipalities and identify rural properties in transition from the conventional to the agroecological system. Participative methods based on research-action were applied through the use of specific forms and semi-structured interviews in all evaluated rural properties. Small farmers were visited and asked about popular knowledge related to the agroecological practices that were currently being in use in their rural properties. Sixty-five rural properties were identified and accessed. Some of them were in transition to the agroecological system while others were already organic certified. Fifty small farmers were interviewed. A database containing all information regarding the agro ecological practices adopted in the Lower Southern Territory was created. The survey showed that there is a vast knowledge and important information on agroecology in the Lower Southern Territory of Bahia.

Keywords: Family Farming, Sustainability, Agroecology.

1 INTRODUÇÃO

A agroecologia ocupa papel de suma importância na construção do desenvolvimento Sustentável e está intimamente associada à segurança alimentar e à promoção de saúde. Esse reconhecimento culminou na criação da Política Nacional de Agroecologia e produção Orgânica, instituída pelo decreto 7794 de Agosto de 2012 após ampla discussão entre as comunidades interessadas. O objetivo foi garantir o equilíbrio dos fatores ecológicos e sociais, a integridade cultural das comunidades rurais, a equidade social, a valorização econômica das produções familiares, além do respeito aos recursos naturais (BRASIL, 2012).

Os princípios da agroecologia são descritos e estudados por muitos autores. Por exemplo, para Fernández e Garcia (2001), a formação de uma sociedade, cuja atitude seja de coexistência com a natureza, e não de exploração, é essencial para uma agricultura sustentável, a qual envolve também aspectos sociais, culturais e políticos. A Agroecologia, no que tange as práticas agroecológicas de produção, é entendida como um processo de aplicação de conceitos e princípios ecológicos no manejo de agroecossistemas. Como alternativa à disseminação das tecnologias que degradam os ecossistemas, a agroecologia corresponde a um amplo conjunto de arranjos produtivos socioeconômicos recentes ou tradicionais (Santos e Chalumb- Martins, 2012).

A agroecologia é o estudo de agroecossistemas, mas também é um agente para as mudanças sociais e ecológicas complexas que levarão a agricultura para uma base verdadeiramente sustentável (Gliessman, 2006). Para isso, existe uma necessidade de estudar, valorizar e ampliar as experiências que contribuam para conservar a biodiversidade, o patrimônio ecológico e cultural, numa busca pela autonomia decisória das famílias e pela produção de alimentos sem insumos químicos (Saquet, 2014). Para Martins et al. (2014), a Agroecologia, enquanto ciência, contribui com conhecimentos que vem sendo gerados por pesquisadores para manutenção e/ou construção de sistemas sustentáveis de produção junto às comunidades rurais. Norder et al. (2016) estabelecem com muita clareza que a Agroecologia constitui-se como uma ciência, uma prática e um movimento social, além de política governamental, profissão, modo de vida e ideologia.

Para Azevedo e Pellicioni (2011) a Agroecologia caracteriza-se como um movimento sociopolítico de fortalecimento do agricultor em busca de sua identidade e raízes culturais, autonomia e poder de decisão. Nodari e Guerra (2015) definem a agroecologia como um dos sistemas agrícolas mais sustentáveis sob todos os aspectos e que propõe-se a resgatar a dignidade humana dos agricultores que ao longo da história conservaram a agrobiodiversidade.

A agricultura familiar, principalmente quando em processo de transição agroecológica, busca a diversificação de produtos, aproveitamento e otimização dos insumos, e tende a causar menores danos ao ambiente do que a agricultura convencional. Dessa forma, torna-se de grande importância discutir e disseminar as estratégias de sua produção e comercialização. Porém, a conversão do manejo convencional, de alto uso de insumos, para um manejo mais conservacionista, de baixo uso de insumos externos, não é um processo fácil e envolve uma transição com quatro fases distintas, consistindo de retirada progressiva de produtos químicos, racionalização, melhoramento integrado do pragas (MIP) e manejo integrado de nutrientes (Altieri, 2009). Isso resulta em sistemas alternativos de produção de base agroecológica que possuem como característica principal a utilização de tecnologias que respeitam os princípios ecológicos, primando

pela preservação dos espaços naturais, estimulando a reciclagem de nutrientes e conservando a biodiversidade (Santos et al., 2013).

As práticas agroecológicas têm sido vistas como importantes ferramentas para a permanência das famílias no campo e melhoria da qualidade ambiental. De acordo com Santos et al. (2014), essas práticas permitem o manejo sustentável dos solos, a conservação dos recursos naturais, a valorização dos saberes locais e a independência dos pequenos agricultores que comercializam seus produtos sem intermediários.

Segundo Fontoura e Neves (2016) as estruturas de ciência, tecnologia e extensão, por sua vez, ainda exigem remodelações para atender à diversidade e demandas da agricultura familiar de uma forma geral e dos produtores agroecológicos.

O processo de transição de sistemas técnico-científicos inseridos na lógica da produção industrial no espaço agrário para a lógica dos processos agroecológicos, demonstra a possibilidade do resgate da relação de interdependência entre o sistema social e o sistema ecológico (Talaska, Puntel e Simon, 2016).

Historicamente, o Território Baixo Sul caracteriza-se por associar o trabalho e sua produção à convivência menos agressiva com a natureza, visto que alguns cultivos, a exemplo do cacau, seringueira e dendê, são explorados em sistemas alternativos, aproximando-se do sistema agroecológico. Contudo, grande parte da sua cobertura vegetal tem sofrido influência da ocupação humana desordenada, da policultura comercial, do cultivo de subsistência e da utilização das áreas para desenvolvimento de atividade turística. Práticas como a supressão das matas ciliares e da cobertura florestal, falta de técnicas de manejo agroflorestal, plantio sem curva de nível, uso indiscriminado de adubos e agrotóxicos e aração morro abaixo vêm rapidamente provocando uma crise no sistema hidrográfico da região através do assoreamento dos rios e dos estuários e degradação das nascentes e riachos.

Nesse sentido, faz-se necessário repensar o uso racional dos recursos naturais através da conscientização da população, da multiplicação do conhecimento sobre práticas sustentáveis e agroecológicas de produção, bem como o intercâmbio dessas práticas na resolução de problemas da região.

Dessa forma, o presente estudo objetivou realizar um levantamento das principais práticas agroecológicas desenvolvidas no Território Baixo Sul da Bahia, identificando saberes populares de importância para o desenvolvimento sustentável da região.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A presente pesquisa foi realizada em Municípios do Baixo Sul da Bahia (Figura 1), no período de novembro de 2018 a maio de 2019.

Figura 1 - Mapa do Território do Baixo do Sul da Bahia.



Fonte: SEPLAN (2012)

O Território de Identidade Baixo Sul da Bahia é composto por 15 Municípios, e abrange uma área de 7.611,6 Km², a região também é conhecida como Costa do Dendê, pertence ao Bioma da Mata Atlântica, reconhecido internacionalmente como um dos conjuntos de ecossistemas de maior biodiversidade do mundo (SEPLAN, 2012).

Inicialmente, buscou-se obter informações sobre propriedades rurais em transição agroecológica no Baixo Sul da Bahia. Para tanto, foram identificadas agremiações entidades, associações e movimentos sociais locais, ONGs do Baixo Sul envolvidos com agricultura familiar. A partir da identificação das propriedades, elaborou-se um plano de trabalho para visitas *in loco* aos produtores rurais e aplicação de questionários (roteiro semiestruturado) com o objetivo de traçar o perfil das propriedades e dos agricultores (as) e troca de experiências.

Foram indicadas 65 propriedades rurais pelas agremiações do Baixo Sul, como propriedades em transição agroecológica. Destas, 51 foram visitadas nos municípios de Valença, Taperoá, Piraí do Norte, Ituberá, Nilo Peçanha e Tancredo Neves. As informações coletadas sobre as propriedades em transição agroecológica foram catalogadas e os dados tabulados para a confecção de tabelas e gráficos. Dessa forma, os dados obtidos através de visita *in loco*, registro fotográfico e levantamento de dados qualitativos e quantitativos estão discutidos a seguir.

As questões abordadas na pesquisa contemplaram as principais práticas agroecológicas utilizadas na propriedade, como conseguem os insumos, utilização de plantas alimentícias não convencionais (PANCs) na alimentação da família, participação de membros da família na realização das práticas agroecológicas, assistência técnica disponível, tipo de alimentos e criações da propriedade e comercialização da produção, dentre outros aspectos.

As entrevistas foram realizadas com a utilização de um roteiro semiestruturado e registros fotográficos. As informações e os dados obtidos foram analisados, posteriormente, de forma qualitativa e quantitativa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na Tabela 01, estão os municípios do Território Baixo sul da Bahia onde se identificou propriedades em transição agroecológica e também com certificação orgânica. Dos 15 municípios do Baixo Sul, foram localizadas propriedades em transição agroecológica em seis deles, o que não significa que em outros municípios não existam, mas outras pesquisas devem ser realizadas para aprofundar o tema na região. Nesse trabalho, 51 agricultores (as) familiares responderam ao roteiro semiestruturado, nos Municípios de Valença, Nilo Peçanha, Piraí do Norte, Taperoá, Tancredo Neves e Ituberá.

O processo de transição agroecológica, ou seja, de conversão de sistemas agrícolas convencionais em agroecológicos, vem sendo objeto de estudo de muitos pesquisadores que buscam compreender os fatores envolvidos e suas implicações na qualidade de vida dos agricultores (as). Segundo Schmitt (2013), para que a transição agroecológica seja motivada é preciso fortalecer a capacidade de gestão individual ou coletiva dos agricultores sobre os recursos naturais, assim como o engajamento dos agricultores em redes de agroecologia.

Observou-se, neste estudo, que os agricultores familiares estão organizados em associações da comunidade, sindicato de trabalhadores rurais, cooperativas, etc. Entre essas organizações que assistem aos agricultores entrevistados, destacam-se a Rede povos da mata, o Projeto Onça, entre outras. A Rede de agroecologia “Povos da Mata” promove articulação entre produtores da agricultura familiar, agricultores assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e quilombolas, agricultores em geral e consumidores-coprodutores, buscando a certificação orgânica participativa dos produtos agrícolas e seus derivados (Rede povos da Mata, 2019).

O Projeto Onça assiste aos agricultores (as) dos municípios de Taperoá e Nilo Peçanha, promovendo a certificação orgânica dos assistidos. A Comunidade Projeto Onça é composta por agricultores familiares que se uniram em uma associação e, posteriormente, em uma cooperativa,

para maior agregação de seus membros e transformações nas práticas produtivas em busca de potencializar o seu perfil agroecológico (Oliveira, Matos e Santos, 2006).

Dos agricultores (as) dos Municípios de Nilo Peçanha e Taperoá que participam do Projeto Onça, das 20 propriedades identificadas, 19 delas possuem certificação orgânica. O Projeto Onça é responsável pela assistência técnica periódica às propriedades com certificação orgânica e avalia propriedades que estejam de acordo com as normas da certificação orgânica para o processo de aquisição do selo. A cultura predominante com certificação é o guaraná.

O município de Valença apresentou o maior número de comunidades com propriedades rurais da agricultura familiar em transição agroecológica. Entre as propriedades identificadas em Valença, encontram-se comunidades tradicionais como o Kilombo Tenondé, que detém conhecimento em permacultura, desenvolvendo estudos em construções ecológicas (superadobe e pau a pique), plantas alimentícias não convencionais (PANCS), captação de água da chuva, esgoto seco, além de realizar uma série de práticas agroecológicas de rotina. Além disso, possui certificação como propriedade orgânica e participa da rede de agroecologia Povos da Mata.

Em Pirai do Norte, encontra-se o Sítio Jardim Florestal Jatobá, que é uma das primeiras áreas de agricultura sintrópica da Bahia, e recebe visitantes para estudos de agrofloresta.

A identificação dessas comunidades é de fundamental importância, uma vez que esses conhecimentos podem ser socializados e difundidos para outras propriedades e instituições que disseminam os saberes da agroecologia e da produção orgânica.

Nesse trabalho, confirma-se a importância da necessidade do fortalecimento da assistência técnica, tanto no que concerne a capacitação, organização e produção, no intuito de fortalecer a venda dos produtos agroecológicos diretamente aos consumidores finais. Aqueles organizados em associações e cooperativas têm maior facilidade de produzir e comercializar seus produtos.

De acordo com Santos e Chalumb-Martins (2012), comunidades que elegem democraticamente valores como o cooperativismo, compartilham economias diferenciadas cujos princípios são pautados pela solidariedade.

Para Aquino e Assis (2007), sistemas de produção de base agroecológica caracterizam-se pela utilização de tecnologias que respeitem a natureza, para, trabalhando com ela, manter ou alterar pouco as condições de equilíbrio entre os organismos participantes no processo de produção, bem como do ambiente.

O processo de transição agroecológica, ou seja, de conversão de sistemas agrícolas convencionais em agroecológicos, vem sendo objeto de estudo de vários pesquisadores, entre eles

Caporal e Costabeber (2004), Feiden et al. (2002), entre outros. Esses autores enfatizam a importância das práticas agroecológicas e além da substituição de insumos químicos.

De acordo com Feiden et al. (2002), para a conversão completa do sistema para princípios agroecológicos, são fundamentais os seguintes princípios: proteção do solo, manejo da fertilidade do solo, manejo da agrobiodiversidade e respeito aos ciclos naturais.

Na busca por alternativas à produção agrícola com menor impacto ao ambiente, os agricultores familiares têm buscado práticas menos agressivas e que promovam a transição agroecológica de forma sustentável. Na Tabela 2 encontram-se descritas as práticas agroecológicas adotadas nas propriedades visitadas. Destacam-se como práticas comuns entre os agricultores do Baixo Sul, uso de compostagem (66%), consorciação de culturas (52%), manejo de plantas com roçada (66%), sistemas agroflorestais (53%), uso de biofertilizantes (43%) e cobertura morta (39%). Foi relatado a dificuldade de obtenção de esterco para uso nas propriedades, além da dificuldade de aquisição de esterco adequado para a utilização em propriedades com selo orgânico.

O grande percentual representado pelos sistemas agroflorestais está relacionado em parte, aos cultivos de cacau (*Theobroma cacao*) no sistema agroflorestal (SAF) denominado cacau-cabruca ou cabruca, de grande relevância na região. Para Solberg et. al., (2013) a existência de remanescentes florestais próximos a agroecossistemas, bem como a existência de sistemas agroflorestais, pode ser considerada favorável tanto para a produtividade dos cultivos quanto para a sua conservação ambiental.

Tabela 02 - Práticas agroecológicas adotadas pelos agricultores nos municípios do Território Baixo Sul.

Práticas agroecológicas	Porcentagem (%)
Cobertura morta	39
Compostagem	66
Adução verde	23
Sistema agroflorestal	53
Adução com esterco	19
Consortiação de culturas	52
Uso de biofertilizantes	43
Manejo de plantas com roçada	66

Neste estudo, foi observado que as feiras da agricultura familiar são os principais canais de comercialização dos produtos agroecológicos. Para Xavier et. al., (2018) a organização do sistema agroalimentar, tendo como princípio orientador o conceito de soberania alimentar, terá como consequência a necessidade de aproximar os produtores de alimento, do consumidor urbano. Dessa forma, a organização das feiras agroecológicas proporciona essa aproximação saudável e fideliza a compra dos produtos da agricultura familiar agroecológica diretamente do produtor. Além disso, para Erazo e Costa (2020), o fato dos próprios agricultores comercializarem seus produtos

Braz. J. of Develop., Curitiba, v. 6, n. 7, p. 53615-53626 jul. 2020. ISSN 2525-8761

contribui para a valorização do seu trabalho e a venda direta faz com que o consumidor sinta maior segurança ao adquirir o produto.

Na Tabela 3, estão as mudanças percebidas pelos agricultores, onde cerca de 94% relataram a importância da utilização das práticas agroecológicas para a segurança alimentar e saúde, 73% disseram que passaram a ter garantia de mercado após adoção de práticas agroecológicas, o que está incluso também a certificação orgânica dos produtos. Setenta e sete por cento relatou aumento da renda familiar e apenas 26% indicaram redução de mão-de obra, ressaltando a necessidade de mão-de-obra nas atividades e garantindo emprego nas propriedades.

De acordo com Gonçalves et. al., (2019) a utilização de técnicas agroecológicas não é simplesmente mudar a forma de produzir alimentos, mas sim, uma mudança no estilo de vida e na forma de se inter-relacionar com o meio.

Com relação à beleza ornamental da propriedade, os agricultores (as) do baixo sul da Bahia mostraram pouco relevância nesta temática, sendo que apenas 15% dos entrevistados relataram ganhos neste sentido. O território Baixo Sul da Bahia tem grandes potencialidades em razão das riquezas dos recursos naturais e da beleza cênica da região com sua abundância de recursos hídricos e de biodiversidade de flora e fauna, tornando-se necessário a preservação ambiental e a valorização da propriedade rural através de um olhar mais ornamental de seus recursos.

Quando perguntados sobre diversificação de plantas cultivadas, 37% opinaram positivamente. Os agricultores revelaram uma história de cultivo de produtos agrícolas diversificados para o consumo familiar. No entanto, o percentual de agricultores que buscam diversificar sua produção é considerado baixo. Uma maior variedade de plantas cultivadas com diferentes valores energéticos promove uma melhoria na saúde e por conseguinte na qualidade de vida do consumidor desses produtos. A agricultura familiar de base agroecológica tem importante papel na manutenção da biodiversidade genética, sendo como guardiões de sementes, ou disseminadores de espécies através das feiras agroecológicas com a troca de sementes ancestrais, o incentivo a essa prática é de sobremodo fundamental. Anualmente são realizadas no Baixo Sul da Bahia feiras de trocas de sementes crioulas, promovendo essa prática no Território.

Tabela 3 - Mudanças percebidas após adoção de práticas agroecológicas propriedade.

Mudanças percebidas após adoção de práticas agroecológicas	Porcentagem (%)
Menor risco à saúde alimentar	94
Aumento da renda familiar	77
Redução de mão- de- obra	26
Economia de insumos externos	45
Redução do custo de produção	26
Redução de capinas	81
Maior diversidade de plantas cultivadas	37
Conservação do solo	92
Melhoria da fertilidade do solo	49
Beleza ornamental da propriedade	15
Garantia de mercado	73

Com relação ao conhecimento sobre uso de plantas alimentícias não convencionais (PANCs) para alimentação, houve relatos do uso principalmente da taioba (*Xanthosoma taioba*) e da língua de vaca, gênero *Rumex*. Várias espécies de plantas abundantes na natureza, com alto valor nutricional, inúmeros benefícios à saúde e que poderiam ser facilmente cultivadas e comercializadas, são consideradas “plantas daninhas”. Estas riquezas negligenciadas são denominadas Plantas Alimentícias não Convencionais - PANCs (Kinupp, 2009). A disseminação do conhecimento sobre essas espécies é de fundamental importância para a agrobiodiversidade e a valorização dos saberes tradicionais, tendo a agroecologia importante papel na divulgação e preservação desses saberes.

4 CONCLUSÃO

Os agricultores familiares dos municípios do Baixo Sul baiano visitados estão organizados principalmente em associações da comunidade, sindicato de trabalhadores rurais e cooperativas. As maiores dificuldades relatadas por esses agricultores (as) no processo de transição agroecológica e até mesmo na manutenção dos selos de certificação para quem já é certificado é a dificuldade de aquisição de esterco e a ausência de assistência técnica especializada. As práticas agroecológicas que se destacam são os cultivos em sistemas agroflorestais, uso de compostagem, consorciação de culturas, manejo de plantas com roçada, uso de biofertilizantes, e a utilização de cobertura morta.

O trabalho identificou uma grande riqueza de conhecimentos e informações no Baixo Sul da Bahia, de importância para a troca de conhecimentos e a disseminação de tecnologias agroecológicas sustentáveis para o desenvolvimento da região.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a ProExt IF Baiano pelo financiamento do trabalho.

REFERÊNCIAS

- Altieri, M. (2009). *Agroecologia: A dinâmica produtiva da Agricultura Sustentável* (5 ed.). Porto Alegre: Editora da UFGS.
- Aquino, A. M.; Assis, R. L. (2007). Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia. *Ambiente & Sociedade*, 10(1), 137-150.
- Assis, R. L. (2002). *Agroecologia no Brasil: análise do processo de difusão e perspectivas*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 150p, Brasil.
- Azevedo, E.; Pelicioni, M. C. F. (2011). Promoção da Saúde, Sustentabilidade e Agroecologia: uma discussão intersectorial. *Saúde Sociedade*, 20(3), 715-729.
- BRASIL. Decreto nº 7794, de 20 de agosto de 2012, que Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. *Diário Oficial da União*, 21 de ago. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7794.htm>. Acessado em julho/2020. 2007. 2012.
- Caporal, F. R.; Costabeber, J. A. (2004). *Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável*. Brasília: MDA.
- Erazo, R. F.; Costa, S. C. F. C. Feira de alimentos orgânicos em Manaus -AM: Uma percepção ambiental dos seus atores sociais. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 6, n. 7, p. 47502-47516, 2020
- Feiden, A.; Almeida, D. L.; Vitoi, V.; Assis R. L. (2002). Processo de conversão de sistemas de produção convencionais para sistemas de produção orgânicos. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, 19(2), 179-204.
- Fernández, X. S.; Garcia, D. D. (2001). Desenvolvimento rural sustentável: uma perspectiva agroecológica. *Revista Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável*, 2(2), 17-26.
- Gliessman, S. R. (2000). *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS.
- Gonçalves, C.D. F.; Pimentel, A. S.; Inô, C. F. A.; Santos, D, S.; Dornelas, C.S.M. Disseminando práticas sustentáveis na região do cariri paraibano. *Brazilian Journal of Development*., Curitiba, v. 5, n. 1, p.26541-26547, 2019
- Kinupp, V. F. (2009, julho). Plantas Alimentícias Não-Convencionais (PANCS): uma Riqueza Negligenciada. *Anais da 61ª Reunião Anual da SBPC*, Manaus, AM, Brasil, 4.

Martins, J.; Oliveira, T.; Radis, A. C., Rodrigues E.; Ruvinski, A. A. (2014). Projeto de implantação de núcleos de estudos em agroecologia e produção orgânica em Irati – PR: experiências vividas pelo projeto. *Geographia Opportuno Tempore*, 1, 241-251.

Nodari, R. O.; Guerra, M. P. (2015). A agroecologia: estratégias de pesquisa e valores. *Estudos avançados*, 29(83), 183-207.

Norder, L. A.; Lamine, C.; Bellon, S.; Brandenburg, A. (2016). Agroecologia: polissemia, pluralismo e controvérsias. *Ambiente & Sociedade*, 19(3), 1-20.

Oliveira, G. G.; Matos, E. N.; Santos, A. P. (2006, julho). Viabilidade econômica de sistemas agroflorestais orgânicos no Baixo Sul da Bahia – o caso do Projeto Onça. *Anais do XLIV Congresso da sober*, Fortaleza, CE, Brasil, 20.

Rede Povos da Mata (2019). Quem somos. Disponível em: <https://povosdamata.org.br/sobre-rede/>. Acesso em: 31/10/2019.

Santos, J. O.; Santos, R. M. S.; Fernandes, A. A.; Souto, J. S.; Borges, M. G. B., Ferreira, R. T. F. V.; Salgado, A. B. (2013). Os sistemas alternativos de produção de base agroecológica. *Agropecuária Científica no Semiárido*, 9(1), 01-08.

Santos, C. F.; Siqueira, E. S.; Araújo, I. T.; Maia, Z. M. G. A. (2014). Agroecologia como perspectiva de sustentabilidade na agricultura familiar. *Ambiente & Sociedade*, 17(2), 33-52.

Santos F. P. S.; Chalub-Martins, L. (2012). Agroecologia, consumo sustentável e aprendizado coletivo no Brasil. *Educação e Pesquisa*, 38(2), 469-483.

Saquet, M. A. (2014). Agricultura camponesa e práticas (agro)ecológicas. *Abordagem territorial histórico-crítica, relacional e pluridimensional*. *Mercator*, 13(2), 125-143.

Schmitt, C. J. (2013). Transição Agroecológica e o Desenvolvimento Rural: Um olhar a partir da experiência brasileira. In: Sauer, S., & Balestro, M. V. (Org.). *Agroecologia: e os desafios da transição agroecológica*. (2. ed.). São Paulo: Expressão Popular.

SEPLAN- Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (2012). Território de Identidade Baixo Sul. Disponível em: <http://patrimonio.ipac.ba.gov.br/territorio/baixo-sul/>. Acesso em: 01/05/ 2020.

Sollberg, I.; Schiavetti, A.; Moraes, M. E. B. Manejo agrícola no refúgio de vida silvestre de Una: Agroflorestas como uma perspectiva de conservação. *Revista Árvore*, Viçosa-MG, v.38, n.2, p.241-250, 2014.

Talaska, A., Puntel, J. A.; Simon, E. L. S. (2014). A relação sociedade-natureza: da racionalidade tecnicista ao enfoque científico da agroecologia. *Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade*, 5(3), 242-246.

Xavier, L.P.; Pereira, M. F. C. S.; Cezimbra, E. N.; Cassarino, J. P. Soberania alimentar: proposta da via campesina para o sistema agroalimentar. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 4, n. 7, Edição Especial, p. 4454-4466, 2018